

## **Educação do campo e o direito à aprendizagem: os desafios do transporte escolar e da infraestrutura rural para a garantia da equidade educacional**

Field Education and the right to learning: challenges of school transportation and rural infrastructure in ensuring educational equity

Manoel Rodrigues da Silva

### **Resumo**

A Educação do Campo constitui um direito social fundamental garantido pela legislação brasileira. Entretanto, estudantes residentes em áreas rurais enfrentam desafios que podem comprometer o acesso, a permanência e a aprendizagem escolar. Entre esses desafios destacam-se as longas distâncias percorridas diariamente, as condições precárias das estradas e a dependência do transporte escolar. Este artigo discute os impactos dessas condições sobre o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes da Escola Municipal Castro Alves, localizada no município de Rio Sono, Tocantins. A partir de uma reflexão fundamentada na literatura da Educação do Campo e na observação da realidade local, argumenta-se que a garantia do direito à educação não se limita ao acesso à escola, mas envolve também condições adequadas para que os estudantes possam aprender com qualidade. O texto defende a necessidade de fortalecimento das políticas públicas voltadas ao transporte escolar, à infraestrutura rural e à valorização da Educação do Campo como estratégia para promover maior equidade educacional.

**Palavras-chave:** Educação do Campo; Transporte Escolar; Direito à Aprendizagem; Equidade Educacional; Políticas Públicas.

### **Abstract**

Field Education constitutes a fundamental social right guaranteed by Brazilian legislation. However, students living in rural areas face challenges that may compromise access to, retention in, and learning at school. Among these challenges are the long distances traveled daily, poor road conditions, and dependence on school transportation. This article discusses the impacts of these conditions on the teaching and learning process of students at Castro Alves Municipal School, located in the municipality of Rio Sono, Tocantins, Brazil. Based on a reflection grounded in the literature on Field Education and on observations of the local reality, it is argued that guaranteeing the right to education is not limited to providing access to school, but also involves ensuring adequate conditions for students to learn effectively. The paper advocates strengthening public policies aimed at school transportation, rural infrastructure, and the promotion of Field Education as a strategy to foster greater educational equity.

**Keywords:** Field Education; School Transportation; Right to Learning; Educational Equity; Public Policies.

## 1. Introdução

A educação é reconhecida pela Constituição Federal de 1988 como um direito de todos e dever do Estado e da família. Entretanto, apesar dos avanços nas políticas educacionais brasileiras, persistem desigualdades significativas entre os contextos urbanos e rurais. A Educação do Campo, modalidade destinada às populações que vivem e trabalham em áreas rurais, continua enfrentando desafios históricos relacionados ao acesso, à permanência e à qualidade da aprendizagem.

Embora as estatísticas educacionais demonstrem avanços na ampliação do acesso à escola, pouco se discute sobre as condições concretas enfrentadas diariamente pelos estudantes do campo para exercer esse direito. Em muitas regiões do país, especialmente nos municípios do interior, crianças e adolescentes percorrem longas distâncias em estradas de terra, enfrentando condições climáticas adversas e jornadas desgastantes para chegar à escola.

No município de Rio Sono, no estado do Tocantins, essa realidade é observada na Escola Municipal Castro Alves, onde a maioria dos estudantes reside na zona rural e depende integralmente do transporte escolar. Tal contexto suscita reflexões importantes sobre os impactos do deslocamento escolar no rendimento acadêmico, na permanência dos estudantes e na efetivação do direito à aprendizagem.

Diante desse cenário, este artigo tem como objetivo discutir a relação entre transporte escolar, infraestrutura viária e aprendizagem na Educação do Campo, evidenciando a necessidade de políticas públicas que garantam condições mais equitativas para os estudantes rurais.

## **2. Educação do Campo: uma construção histórica de direitos**

A Educação do Campo surgiu como resultado das lutas dos movimentos sociais rurais pela garantia de uma educação que respeitasse as especificidades culturais, econômicas e sociais das populações do campo. Diferentemente de uma concepção que apenas leva a escola para áreas rurais, a Educação do Campo propõe uma educação construída com os sujeitos do campo e para os sujeitos do campo.

Segundo Arroyo (2012), a Educação do Campo representa a afirmação de direitos historicamente negados às populações rurais. Para o autor, a escola deve reconhecer os conhecimentos, as identidades e as experiências dos sujeitos que vivem no campo, rompendo com modelos educacionais que desconsideram suas realidades.

Nessa mesma perspectiva, Caldart (2004) destaca que a Educação do Campo constitui um projeto político e pedagógico comprometido com a valorização dos territórios rurais e com a construção de uma sociedade mais justa. A autora argumenta que garantir o direito à educação implica considerar as condições concretas em que vivem os estudantes.

Assim, discutir a qualidade da educação ofertada no campo exige analisar não apenas os processos pedagógicos desenvolvidos dentro da escola, mas também os fatores externos que influenciam diretamente a aprendizagem, entre eles o transporte escolar e a infraestrutura das estradas.

## **3. O transporte escolar como condição para o acesso à educação**

O transporte escolar desempenha papel fundamental na garantia do acesso à escola para milhares de estudantes brasileiros residentes em áreas rurais. Em muitos casos, ele representa a única possibilidade de frequência escolar.

No entanto, quando as distâncias percorridas são excessivas e as condições das estradas são inadequadas, o transporte escolar deixa de ser apenas um instrumento de acesso e passa a interferir diretamente na qualidade da experiência educativa.

Na realidade observada na Escola Municipal Castro Alves, diversos estudantes iniciam sua rotina ainda durante a madrugada para chegar à escola no horário das aulas. Esse

deslocamento prolongado pode resultar em cansaço físico, sonolência e redução da capacidade de concentração durante as atividades escolares.

Além disso, as condições das estradas rurais frequentemente sofrem impactos durante os períodos chuvosos, dificultando o tráfego dos veículos escolares. Em algumas situações, isso pode provocar atrasos, faltas ou até mesmo a suspensão temporária das aulas para determinados estudantes.

Essas dificuldades revelam que o direito à educação não pode ser compreendido apenas como a existência de uma vaga escolar. É necessário garantir condições adequadas para que os estudantes consigam frequentar a escola regularmente e participar efetivamente dos processos de aprendizagem.

#### **4. Impactos na aprendizagem e no desenvolvimento dos estudantes**

A aprendizagem é resultado de múltiplos fatores que envolvem aspectos cognitivos, emocionais, sociais e físicos. Quando o estudante enfrenta jornadas extensas de deslocamento diariamente, esses fatores podem ser significativamente afetados.

Diversos estudos demonstram que o cansaço físico interfere na atenção, na memória e no desempenho acadêmico. Estudantes que passam várias horas em deslocamento tendem a apresentar maior desgaste ao longo do dia, o que pode reduzir seu envolvimento nas atividades pedagógicas.

Outro aspecto relevante refere-se à participação em atividades complementares. Em muitas escolas do campo, ações de reforço escolar, recomposição da aprendizagem e projetos pedagógicos são desenvolvidos no contraturno. Entretanto, estudantes que dependem do transporte escolar frequentemente não conseguem permanecer na escola após o término das aulas, limitando seu acesso a essas oportunidades.

Essa situação torna-se ainda mais preocupante em um contexto pós-pandemia, no qual muitas redes de ensino implementaram programas de recuperação e recomposição das aprendizagens. Quando os estudantes rurais não conseguem participar dessas ações, o risco de ampliação das desigualdades educacionais torna-se evidente.

Portanto, a discussão sobre aprendizagem na Educação do Campo deve incluir necessariamente uma análise das condições de deslocamento dos estudantes e dos obstáculos que dificultam sua plena participação na vida escolar.

## **5. A necessidade de políticas públicas mais equitativas**

A promoção da equidade educacional exige que as políticas públicas reconheçam as diferenças existentes entre os diversos contextos sociais e territoriais do país. Tratar de forma igual realidades profundamente desiguais contribui para a manutenção das injustiças educacionais.

Nesse sentido, é fundamental que os investimentos destinados ao transporte escolar e à infraestrutura rural sejam ampliados e planejados de acordo com as necessidades locais. A melhoria das estradas vicinais, a renovação das frotas escolares e a reorganização das rotas podem contribuir significativamente para reduzir os impactos do deslocamento sobre a aprendizagem.

Além disso, políticas específicas para a Educação do Campo devem considerar alternativas pedagógicas capazes de atender às necessidades dos estudantes que enfrentam maiores dificuldades de deslocamento. Estratégias de flexibilização curricular, ampliação do uso de tecnologias educacionais e fortalecimento das ações de acompanhamento pedagógico podem contribuir para minimizar os efeitos das desigualdades territoriais.

Como destaca Freire (1996), a educação deve estar comprometida com a transformação da realidade social. Nesse sentido, garantir melhores condições para os estudantes do campo significa promover justiça social e fortalecer o direito à educação como um direito humano fundamental.

## **6. Considerações finais**

A Educação do Campo representa uma conquista histórica das populações rurais brasileiras e um importante instrumento de promoção da cidadania. Entretanto, a efetivação desse direito ainda enfrenta desafios significativos relacionados às condições de deslocamento escolar e à infraestrutura das áreas rurais.

A realidade vivenciada por estudantes da Escola Municipal Castro Alves evidencia que as longas distâncias percorridas diariamente, associadas às dificuldades das estradas e à dependência do transporte escolar, podem produzir impactos relevantes sobre a aprendizagem e a participação escolar.

Dessa forma, torna-se necessário ampliar o debate sobre a relação entre transporte escolar, infraestrutura e qualidade da educação, buscando construir políticas públicas que garantam condições mais equitativas para os estudantes do campo.

Garantir o direito à aprendizagem exige olhar para além da sala de aula. Exige reconhecer que o percurso até a escola também faz parte do processo educativo e que a equidade educacional somente será alcançada quando todos os estudantes, independentemente de onde vivem, tiverem condições reais de aprender e desenvolver plenamente suas potencialidades.

## **Referências**

**ARROYO**, Miguel Gonzáles. *Outros sujeitos, outras pedagogias*. Petrópolis: Vozes, 2012.

**BRASIL**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

**BRASIL**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

**CALDART**, Roseli Salette. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

**FREIRE**, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

**FERNANDES**, Bernardo Mançano. *Questão Agrária, Pesquisa e MST*. São Paulo: Cortez, 2001.

**MOLINA**, Mônica Castagna. *Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006